

MOÇÃO

(aprovada no 5º Congresso do SPGL)

Em Espanha, oito sindicalistas da Airbus (7 das CCOO e 1 da UGT) foram processados por causa de factos que ocorreram em frente da porta da fábrica de Getafe, durante a greve geral de 2010 contra a reforma da legislação do trabalho, após incidentes que tiveram lugar aquando de uma brutal carga policial. Contra estes trabalhadores o Ministério Público pede 66 anos de prisão, 8 anos e 3 meses para cada um deles.

Mas estes 8 da Airbus fazem parte dos cerca de 300 sindicalistas e trabalhadores que foram processados por participar em piquetes de informação, durante as últimas greves gerais ou greves de empresa e de sector; e, para os que já têm uma acusação formulada pelo Tribunal, já foram exigidos até agora 120 anos de prisão. O Ministério Público – que obedece às ordens do Governo – e os juízes baseiam-se no artigo 315.3 do Código Penal (CP), o qual permite condenar à cadeia por participação em piquetes informativos durante uma greve.

Em geral, estamos perante um ataque à contratação colectiva, para individualizar os trabalhadores, impedindo as respostas de conjunto aos ataques que atingem todos, nomeadamente recorrendo às organizações sindicais.

Estas são expressões particulares da ofensiva generalizada contra as organizações dos trabalhadores e os seus direitos, visando reduzi-los à mera condição de “cidadãos/colaboradores” para quebrar a sua resistência.

Por isso, o Congresso do SPGL assume como sua a luta dos sindicalistas de Espanha contra os processos judiciais de que estão a ser vítimas – que impedem, na prática, o livre exercício do direito à greve – e iremos comunicar esta posição à Embaixada de Espanha em Lisboa, para que a transmita ao Governo que a tutela.



Os desafios da docência

perante o recuo dos direitos de cidadania

5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa